

Domínios das Competências Essenciais de Promoção da Saúde LGBT na Formação Acadêmica de Enfermagem

Caik Ferreira Silva¹, Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra², Beatriz de Castro Magalhães³, Mauro Mccarthy de Oliveira Silva⁴, Cinthia Gondim Pereira Calou⁵, Glauberto da Silva Quirino⁶, Grayce Alencar Albuquerque⁷

Destaques:

- (1) As competências para promoção da saúde LGBT são abordadas e estimuladas na formação.
- (2) O domínio Planejamento do CompHP não foi encontrado nas competências de promoção da saúde.
- (3) A formação em enfermagem está em conformidade com a promoção da saúde no SUS.

RESUMO

Objetivo: Identificar os domínios das competências essenciais de promoção da saúde do *Competencies Health Promotion Project* (CompHP) desenvolvidos na formação acadêmica de enfermagem ante a saúde LGBT. **Método:** Estudo descritivo e qualitativo desenvolvido em três Instituições de Ensino Superior do interior cearense do Brasil, entre julho e dezembro de 2020, com 84 acadêmicos(as) de enfermagem, por meio de questionário *on-line*. Os dados foram organizados mediante análise de conteúdo temática e analisados pelo aporte teórico metodológico CompHP. Quanto aos aspectos éticos, o estudo obteve parecer satisfatório. **Resultados:** A idade dos(as) acadêmicos(as) variou entre 21 e 47 anos, em sua maioria do sexo biológico feminino; mulheres cisgênero; heterossexuais; de universidades privadas e matriculados(as) no nono semestre. Identificaram-se oito domínios do CompHP: Possibilidade de Mudanças; Advocacia em Saúde; Parceria; Comunicação; Liderança; Diagnóstico; Implementação e Avaliação e Pesquisa, sendo o domínio Planejamento não identificado. Os(as) estudantes conseguem identificar as demandas de promoção da saúde do público LGBT, no entanto, mesmo na presença dos domínios, mencionam a necessidade de maior discussão sobre a temática. **Conclusão:** Identificou-se a presença de oito dos nove domínios do CompHP na formação dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem, o que sugere que esses(as) possam atuar enquanto agentes promotores de saúde à população LGBT.

Palavras-chave: estudantes de enfermagem; promoção da saúde; diversidade de gênero; competências profissionais; educação superior.

AREAS OF ESSENTIAL SKILLS FOR LGBT HEALTH PROMOTION IN ACADEMIC NURSING EDUCATION

ABSTRACT

Objective: To identify the domains of essential health promotion competencies of the *Competencies Health Promotion Project* (CompHP) developed in the academic training of nursing in relation to LGBT health. **Method:** Descriptive and qualitative study, developed in three Higher Education Institutions in the interior of Ceará, Brazil, between July and December 2020, with 84 nursing students, through an online questionnaire. Data were organized using thematic content analysis and analyzed using the theoretical and methodological approach CompHP. Regarding ethical aspects, the study obtained a satisfactory opinion. **Results:** The age of the academics ranged from 21 to 47 years old, mostly female; cisgender women; heterosexuals; from private universities and enrolled in the ninth semester. Eight CompHP domains were identified: Possibility of Change; Health Advocacy; Partnership; Communication; Leadership; Diagnosis; Implementation and Evaluation and Research, the Planning domain being unidentified. The students are able to identify the health promotion demands of the LGBT public, however, even in the presence of the domains, they refer to the need for further discussion on the subject. **Conclusion:** The presence of eight of the nine domains of the CompHP was identified in the training of nursing students, which suggests that they can act as health promoting agents for the LGBT population.

Keywords: nursing students; health promotion; gender diversity; professional competencies; college education.

¹ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0307-8172>

² Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2917-4755>

³ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6827-6359>

⁴ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8895-7760>

⁵ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3488-6965>

⁶ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5488-7071>

⁷ Universidade Regional do Cariri – Urca. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8726-0619>

INTRODUÇÃO

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) sofre com a discriminação, marginalização e exclusão social devido à sua orientação sexual, identidade e expressão de gênero, o que coloca essa comunidade num contexto de vulnerabilidades ante a promoção da saúde¹.

Dessa forma, no ano de 2011, em respostas às lutas do movimento LGBT e reivindicações pela garantia de direitos à saúde, é publicada a Política Nacional de Saúde Integral à População LGBT, que reafirma o compromisso do Sistema Único de Saúde (SUS) com a universalidade, integralidade e participação da comunidade LGBT nas instâncias do SUS, contemplando ações direcionadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde desse público².

Essa política destaca que as questões de gênero e sexualidade são determinantes e demarcadoras sociais em saúde, sendo, assim, indissociáveis da promoção da saúde^{3,4}, o que leva a refletir sobre a necessidade de acadêmicos(as) e profissionais da área da saúde estarem sensíveis às demandas, vulnerabilidades e direitos dessa população, dada a carência de conhecimentos, empatia e atuação ainda deficitária existente neste cenário⁵.

Nesse espaço destacam-se acadêmico(as) e profissionais de enfermagem que, em decorrência dos princípios e natureza da profissão, atuam de forma a reconhecer a garantia de direitos como condição necessária para o alcance de melhores condições de vida e de saúde para toda a população, principalmente para as mais vulneráveis^{4,6}.

O(a) enfermeiro(a), no entanto, sofre influência da sociedade heterocisnormativa, que se potencializa pela carência na abordagem sobre o assunto das questões de gênero e sexualidade durante a Graduação em enfermagem, o que pode refletir negativamente na assistência holística prestada por esse(a) profissional à saúde das pessoas LGBT^{7,6}.

Esse contexto é corroborado por estudo qualitativo realizado em São Paulo com 35 acadêmicos(as) de enfermagem ao elucidar suas fragilidades relacionadas às percepções sobre sexualidade e gênero limitadas à heterossexualidade presumida e ao binarismo de gênero, cujo resultado é, em parte, decorrente do despreparo dos docentes e acadêmicos(as) de enfermagem em lidar com o tema corpo/gênero/sexualidade⁸. Ademais, estudo de delineamento documental com abordagem mista sobre o enfoque de gênero e sexualidade nos cursos de Graduação em enfermagem no Brasil, reforça esse panorama ao evidenciar lacunas na explanação desses temas na estruturação curricular⁹.

Essas implicações impactam negativamente na saúde LGBT, e, para evitá-las, requer-se que desde a formação acadêmica em enfermagem os estudantes estejam comprometidos com os princípios estabelecidos pelo SUS e aptos a desenvolverem competências em promoção da saúde, além de reconhecerem as demandas voltadas à violência, gênero e sexualidade, de maneira a reduzir danos e agravos em saúde da população LGBT.

Assim, em resposta ao supramencionado, o Ministério da Educação (ME), por meio de alterações nas Disciplinas Curriculares Nacionais (DCNs), declarou as competências a serem desenvolvidas na formação acadêmica brasileira de enfermagem, incluindo educar e orientar em diversos aspectos no que se refere às questões de gênero e sexualidade humana¹⁰.

Nessa perspectiva, espera-se que a formação de acadêmicos(as) em saúde seja orientada por competências essenciais, posto que no campo da promoção da saúde as competências são determinadas pela articulação de conhecimentos, habilidades e atitudes que proporcionam à pessoa o desenvolvimento de ações padronizadas¹¹.

Neste contexto, as competências essenciais de promoção da saúde do *Competencies Health Promotion Project* (CompHP) têm por principal finalidade a formação de um consenso a partir do qual se estabeleçam métodos para a criação de ações padronizadas visando à inovação e melhores práticas

em saúde¹². O CompHP engloba valores (equidade, justiça social, ética, autonomia dos indivíduos), habilidades (princípios conceituais da promoção da saúde) e conhecimentos necessários para a prática em promoção da saúde, e estão organizados em 46 competências que direcionam o(a) acadêmico(a) de enfermagem para se tornar competente a desenvolver ações em promoção da saúde.

Perante o exposto, embora os domínios das competências essenciais de promoção da saúde do CompHP desenvolvidos na formação de docentes, acadêmicos(as) de enfermagem e enfermeiros(as) seja bem-definido na literatura^{13,14,15}, os domínios do CompHP ante a promoção da saúde LGBT ainda são inconclusivos. Neste seguimento, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Quais domínios das competências essenciais de promoção da saúde do CompHP estão sendo desenvolvidos por acadêmicos(as) de enfermagem diante da saúde LGBT?

Assim, este estudo faz-se relevante, uma vez que fomenta reflexões sobre o processo formativo de acadêmicos(as) de enfermagem e da reorientação de práticas em saúde no campo pedagógico, assistencial e/ou docente, além de possibilitar o desenvolvimento de competências essenciais de enfermeiros(as) para um exercício factual perante a promoção da saúde LGBT. Logo, o estudo teve como objetivo identificar os domínios das competências essenciais de promoção da saúde do *Competencies Health Promotion Project* (CompHP) desenvolvidos na formação acadêmica de enfermagem ante a saúde LGBT.

MÉTODO

Estudo descritivo de abordagem qualitativa, ancorado pelo referencial teórico-metodológico CompHP. O guia *Consolidated Criteria for Reporting Qualitative Research* (COREQ), em sua versão traduzida e validada para a língua portuguesa, foi utilizado para o relato do presente estudo¹⁶.

O estudo foi apoiado pelo referencial teórico do CompHP, que reúne as competências de promoção da saúde e apresenta-se como documento desenvolvido em 2012 mediante oficina europeia da União Internacional de Promoção e Educação em Saúde (UIPES)¹⁷. O CompHP tem como principal propósito a formação de um consenso em que se determinam métodos para instituição de padrões em promoção da saúde, aspirando a inovação e melhores práticas em saúde na Europa¹².

O CompHP, portanto, trata-se de um conjunto de competências essenciais que foi desenvolvido a fim de qualificar os(as) trabalhadores(as) da saúde para desenvolverem ações eficazes em promoção da saúde, e abrange valores (equidade, justiça social, ética e autonomia dos indivíduos), conhecimentos, habilidades (princípios conceituais da promoção da saúde) e atitudes, listados em 46 competências agrupadas em nove domínios: (1) Possibilidade de mudanças, (2) Advocacia em saúde, (3) Parceria, (4) Comunicação, (5) Liderança, (6) Diagnóstico, (7) Planejamento, (8) Implementação e (9) Avaliação e pesquisa, para o exercício da promoção da saúde¹⁷. Assim, os domínios do CompHP oferecem uma orientação para o desenvolvimento de competências em promoção da saúde¹².

O cenário do estudo foram três Instituições de Ensino Superior (IES), uma pública e duas privadas, localizadas no Nordeste, interior do Ceará, Brasil. No que se refere ao quantitativo de estudantes matriculados no curso de Graduação em enfermagem das IESs no período da coleta de dados, tinha-se um total de 1.156. O estudo foi desenvolvido entre os meses de julho e dezembro de 2020.

Os(as) participantes do estudo foram acadêmicos(as) de enfermagem das três IESs estudadas. Utilizou-se como critério de inclusão ser acadêmicos(as) do 9° e 10° semestre do curso de Graduação em enfermagem, dado o processo final de formação e logo terem condições de descreverem em maiores detalhes seus conhecimentos, habilidades e atitudes sobre a temática abordada. Nesta pesquisa participaram o total de 84 acadêmicos(as). Foram excluídos(as) acadêmicos(as) que durante

o período de coleta de dados não responderam ao questionário *on-line* no prazo de até três tentativas, sendo este critério responsável pela exclusão de 131 estudantes.

A coleta de dados ocorreu no período de julho a outubro de 2020. Devido à pandemia da Covid-19, a coleta procedeu-se mediante envio de *link* para acesso ao questionário *on-line* aos *WhatsApps* dos(as) acadêmicos(as) que atenderam aos critérios de elegibilidade. Destaca-se que os números de *WhatsApp* foram disponibilizados pela coordenação do curso de enfermagem das três IESs após prévia autorização concedida pela direção institucional para desenvolvimento do estudo.

O questionário *on-line* permaneceu disponível durante 90 dias por meio do *Google Forms* e foi composto por dois blocos de questões norteadoras que tiveram a finalidade de obter informações acerca do perfil dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem e da presença dos domínios das competências essenciais de promoção da saúde LGBT na formação desses(as). Destaca-se que 84 questionários foram devolvidos, os quais integraram a população deste estudo.

A análise e organização dos dados foram sustentadas pelo referencial teórico e metodológico do CompHP e dos estudos oportunos à temática. Os dados analisados foram apresentados em categorias de acordo com os domínios do CompHP para melhor compreensão.

O estudo foi submetido à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e aprovado pelo protocolo CAAE 28662620.9.0000.5055. Para a realização do estudo foi solicitada a autorização das IESs participantes, além da solicitação *on-line* do consentimento espontâneo para participação na pesquisa dos(as) acadêmicos(as) por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com vistas a garantir o anonimato, optou-se por identificar as IESs estudadas por IES, seguida de número representativo da categoria administrativa, sendo 1 destinado à IES pública (IES1), 2 e 3 às privadas (IES2 e IES3), e as respostas dos(as) acadêmicos(as) com a letra A, seguidos de número sequencial (A1 a A84).

RESULTADOS

Faz-se relevante caracterizar o perfil dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem participantes deste estudo, uma vez que se permite compreender melhor o contexto em que este público está inserido.

Tabela 1 – Perfil dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem. Crato, Ceará, Brasil.

Variáveis	Frequência	%
Universidade		
Pública	26	31
Privada	58	69
Semestre/Período		
9º semestre/período	43	51
10º semestre/período	41	49
Sexo biológico		
Masculino	15	18
Feminino	69	82
Identidade de gênero		
Homem Cisgênero	15	18
Mulher Cisgênero	67	80
Travesti	01	01
Não sabe	01	01

Orientação sexual		
Heterossexual	67	80
Homossexual	04	05
Bissexual	08	10
Assexual	01	01
Pansexual	01	01
Não sabe	03	03
Cor		
Branco	24	29
Pardo	47	56
Preto	08	09
Amarelo	05	06
Idade		
18-25	63	75
26-35	12	14
36-45	08	10
46-55	01	01
Estado civil		
Casado/a	15	18
Solteiro/a	54	64
União estável	09	11
Separado/a – Divorciado/a	01	01
Namorando	03	04
Viúva/a	01	01
Relacionamento aberto*	01	01
Religião		
Católica	53	63
Evangélica	08	10
Sem religião	11	13
Outras**	12	14
Moradia		
Zona urbana	71	85
Zona rural	13	15
Profissão		
Com profissão	26	31
Sem profissão	58	69

Nota: *Relacionamento aberto – é aquele onde duas pessoas, em um relacionamento monogâmico, tomam a decisão consensual de explorar a não monogamia; **Outras – refere-se às demais religiões apontadas no questionário.

A caracterização dos(as) 84 acadêmicos(as) de enfermagem respondentes do questionário *on-line* demonstrou que suas idades variaram entre 21 e 47 anos; a maioria era do sexo biológico feminino, mulheres cisgênero e heterossexuais de IESs privadas e matriculados/as no nono semestre. Ainda, predominaram solteiros(as), cor parda, moradores da zona urbana, com religião católica e não exercendo profissão.

Em seguida, são apresentadas as categorias temáticas que emergiram com base nos domínios do CompHP, podendo-se evidenciar que oito domínios foram identificados, com exceção do domínio “Planejamento”. Esses produziram uma reflexão acerca do processo na formação acadêmica de enfermagem com vistas à promoção da saúde LGBT.

Domínio de competências para a Promoção da Saúde: possibilidade de mudança

O domínio “Possibilidade de Mudança” foi identificado ante a necessidade de acadêmico(as) s de enfermagem conhecerem mais a respeito da população LGBT, bem como acerca da promoção da saúde dessa população, e, desse modo, possibilitar que construam capacidade para a ação nesse campo, com redução das iniquidades em saúde do público.

“Mais conhecimento acerca da diversidade, e menos julgamentos” [redução das iniquidades em saúde] (A58/IES2).

“Ter o conhecimento do assunto” [promoção da saúde LGBT] (A10/IES2).

“As pessoas deixarem de ser preconceituosas” [redução das iniquidades em saúde] (A01/IES2).

“Equidade e não ter preconceitos” [redução das iniquidades em saúde] (A13/IES2).

As respostas a seguir demonstram, ainda, que os serviços de saúde devem colocar-se como ambientes e cenários que promovam a saúde, caracterizando a presença do referido domínio.

“Quebra de tabus nos serviços de saúde” (A15/IES2).

“Promover através de estratégias, medidas que facilitem o contato desse público [LGBT] aos serviços de saúde” (A72/IES2).

Domínio de Competências para Promoção da Saúde: advocacia em saúde

O domínio “Advocacia em Saúde” foi identificado nas respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem a partir das reivindicações com e a favor do desenvolvimento de políticas públicas que impactem positivamente na saúde e redução das iniquidades em saúde da população LGBT.

“Políticas efetivas”. (A27/IES1)

“Políticas mais inclusivas”. (A83/IES3)

“Políticas públicas voltadas à saúde da população LGBT”. (A44/IES2)

“Implicação de políticas, divulgação dos direitos dessa população [LGBT]”. (A77/IES1)

Além disso, acadêmicos(as) de enfermagem destacam a necessidade do debate acerca da promoção da saúde LGBT, e desse modo, reivindicam com e a favor dessa discussão no âmbito social e acadêmico, caracterizando a presença do domínio “Advocacia em Saúde”.

“Que o tema [promoção da saúde LGBT] seja mais abordado” (A14/IES3).

“O debate [sobre promoção da saúde LGBT] em meio social e acadêmico com vistas ao seu aprimoramento e desenvolvimento” (A82/IES2).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: parceria

O domínio “Parceria” esteve presente somente em uma fala de um(a) acadêmico(a) de enfermagem, que discorreu sobre o desenvolvimento de ações educativas com a população em geral com colaboração do setor escolar.

“Ações educativas com a população em geral, principalmente no âmbito escolar” [envolvimento da escola enquanto parceira] (A04/IES2).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: comunicação

O domínio “Comunicação” foi identificado por meio das respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem quando se referem ao uso de habilidades de comunicação e escuta efetiva para com a população LGBT, assim como com o desenvolvimento de ações educativas enquanto tecnologia apropriada para a população em geral.

“Que essas pessoas [LGBT] possam ser acolhidas no serviço de saúde, e também que ocorra uma escuta de qualidade sobre os seus anseios” [habilidade de escuta] (A50/IES1).

“[...] promover empatia e falar de forma clara e de fácil entendimento” [comunicação efetiva] (A62/IES2).

“[...] falar e se relacionar com os pacientes de forma respeitosa, humanizada e saber ouvir” [habilidade de escuta] (A71/IES3).

“Ações educativas [tecnologia da informação] com a população em geral, principalmente no âmbito escolar” (A04/IES2).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: liderança

O domínio “Liderança” foi identificado a partir da necessidade dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem em buscarem estar atualizados(as) acerca da temática em promoção da saúde relativa às questões de gênero e sexualidade. Destaca-se que o interesse em se qualificar, os(as) faz ativos(as) no processo formativo com vistas a incorporarem novas ideias e conhecimentos para melhorar a prática e responder aos desafios emergentes em promoção da saúde da população LGBT.

“Estar bem atualizado sobre o tema [promoção da saúde LGBT], a informação [incorporar novas ideias e conhecimentos] certa, é necessário” (A11/IES2).

“Instruir profissionais [coordenar pessoas] para uma assistência universal, desde a Graduação” (A12/IES2).

“Capacitação dos profissionais de saúde sobre a temática” [promoção da saúde LGBT] (A49/IES1).

“Cursos, disciplinas e palestras com esse tema” [promoção da saúde LGBT] (A79/IES3).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: diagnóstico

O domínio “Diagnóstico” foi evidenciado no processo formativo dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem por meio da identificação em reconhecer as demandas em saúde para a ação em promoção da saúde LGBT.

“[...] prestar uma assistência qualificada, identificando as particularidades [identificação das necessidades em saúde] desse público [LGBT]” (A03/IES2).

“Mais preparação [identificação do problema], incluindo disciplinas obrigatórias na grade curricular relacionada à saúde dessa população [LGBT]” (A29/IES1).

“[...] reconhecer as demandas [identificação das necessidades em saúde] dessa população [LGBT]” (A71/IES3).

Além disso, o domínio “Diagnóstico” permeou o conhecimento sobre os determinantes sociais de saúde, orientação sexual e identidade de gênero, a fim de impactar positivamente nas ações de promoção da saúde LGBT.

“[...] compreender como funciona essa população [saber sobre orientação sexual e identidade de gênero]” (A31/IES1).

“Primeiro que se conheça essa população [LGBT], suas características e suas vulnerabilidades [saber sobre orientação sexual e identidade de gênero, cujo são determinantes sociais de saúde]” (A34/IES1).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: implementação

O domínio “Implementação” foi identificado nos discursos dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem ante a criação de ações de promoção da saúde LGBT por meio da educação em saúde, tendo por enfoque a promoção e prevenção de doenças, especialmente as transmissíveis. A partir das respostas de A50/IES1/ e A63/IES2, infere-se que essas ações educativas sejam relacionadas ao controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na comunidade LGBT, haja vista a associação histórica das práticas sexuais dessa população a essas patologias.

“Promover ações que envolvam [implementar ações de promoção da saúde] o público LGBT” (A12/IES2).

“[implementar ações de] Promoção e prevenção à saúde voltada para LGBTs” (A21/IES3).

“[...] estratégias que se voltem para [implementar] ações para com a comunidade [LGBT]” (A36/IES1).

“[...] estratégias que facilitem o acesso ao serviço de saúde, pode ser até mesmo por meio da “[implementação] educação em saúde, busca ativa e outras estratégias” (A50/IES1).

“Promover palestras educativas [implementar ações de promoção da saúde] relacionadas à sexualidade” (A63/IES2).

Domínio de competências para Promoção da Saúde: avaliação e pesquisa

O domínio “Avaliação e Pesquisa” foi identificado em somente uma fala, a qual se refere ao desenvolvimento de pesquisas e estudos tendo por objeto de investigação a promoção da saúde LGBT, o que reflete, mesmo que timidamente, o domínio “Avaliação e Pesquisa” do CompHP, por somente um(a) acadêmico(a) de enfermagem:

“Pesquisas, estudos, informações, orientações, capacitações [contribuir para o desenvolvimento do processo de pesquisa]” (A67/IES2).

DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, com exceção do domínio de “Planejamento”, todos os demais domínios de competências em promoção da saúde foram identificados nas respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem.

O domínio “Possibilidade de Mudança” foi evidenciado mediante os(as) acadêmicos(as) de enfermagem declararem a necessidade em conhecerem melhor sobre a população LGBT e suas questões relativas em saúde, além de apontarem como alternativa, para redução das iniquidades em saúde deste público, a eliminação do preconceito nos serviços de saúde. Diante dessa situação,

observa-se, no entanto, que um caminho longo ainda precisa ser percorrido, como demonstra estudo realizado com 202 acadêmicos(as) da área da saúde, sendo a maioria, 59, do curso de enfermagem de uma IES localizada na Região Nordeste do Brasil, que aponta a carência de conhecimentos por parte dos(as) acadêmicos(as) sobre assuntos relativos à saúde LGBT em específico, tratando-se do desconhecimento das especificidades dessa população⁵.

Estudo com graduandos(as) de enfermagem voltados para a assistência da população LGBT mostrou que 76% dos(as) graduandos(as) foram capazes de diferenciar gênero e sexualidade, contudo mais de 65% não sabiam distinguir pessoas transgêneros; 42% não souberam referir nenhum direito desse seguimento, e, dentre os que o fizeram, mais de 80% referiram apenas o direito das pessoas transgêneros ao nome social¹⁸.

Estudo semelhante sobre o conhecimento dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem sobre a população LGBT evidenciou que discentes que conheciam o significado da sigla LGBT e a existência de alguma política de assistência à saúde voltada a este público, sentiam-se preparados à atendê-los, o que demonstra que o conhecimento desses acadêmicos(as) acerca das especificidades e políticas de saúde às pessoas LGBT é determinante para a oferta de assistência integral em saúde e identificação dos cenários vulneráveis e de preconceitos a que esse público está exposto¹⁹.

Dessa forma, percebe-se, então, que o preconceito e o constrangimento que a população LGBT vivencia ao tentar acessar os serviços de saúde viola a garantia do direito ao atendimento sem distinção, e faz desses ambientes instauradores de iniquidades em saúde²⁰, devendo este cenário ser revertido.

Assim, quando acadêmicos(as) de enfermagem consideram que a possibilidade de mudanças no contexto da saúde se inicia na promoção do acesso aos serviços de saúde a todos os usuários sem preconceito e distinção, o domínio “Advocacia em Saúde” surge em defesa desse direito universal e equânime à saúde, sendo evidenciadas reivindicações de políticas públicas efetivas à população LGBT pelos(as) acadêmicos(as)s de enfermagem participantes do estudo.

A ação de reivindicar com e a favor de políticas públicas efetivas para a população LGBT coloca em evidência não somente o próprio protagonismo das pessoas autodeclaradas LGBT por sua garantia de direitos, mas, também, por outras pessoas aliadas a essa e tantas outras causas desse público, pois as violências e os atos discriminatórios enfrentados diariamente por essa população expõem a real necessidade da advocacia em saúde por parte de promotores da saúde para mudanças nas práticas do cuidado em saúde livre de discriminação²¹.

Ademais, o domínio “advocacia em saúde” se fez presente a partir da necessidade por parte dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem do diálogo mais frequente acerca da promoção em saúde LGBT em espaços sociais e universitários. Assim, considera-se esse último propício para que debates com o intuito de reivindicar com e a favor de populações vulneráveis aconteçam. Estudo de delineamento documental⁹, que analisou ementas de disciplinas que abordam gênero e sexualidade nos cursos de Graduação em enfermagem no Brasil, revelou a existência de lacunas na estrutura curricular e na abordagem de temas referentes a gênero e sexualidade, o que contribui para a fragmentação dos processos formativos e práticas assistenciais.

Cabe mencionar que a carência de debates acerca dos temas sobre gênero e sexualidade podem reforçar preceitos sociais discriminatórios e implicar na assistência de enfermagem. Estudo demonstrou que enfermeiros(as) possuem nenhum ou pouco entendimento sobre diversidade sexual e nenhuma ou pouca proximidade com a assistência LGBT. Entendem que o processo do acolhimento é importante quando embasado no respeito, entretanto não sabem referir como pode ser feito e desconhecem ou pouco sabem da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, sendo a assistência

pautada no modelo curativista com resquícios da epidemia da AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*), que teve início na década de 80 do século 20²².

Assim, as discussões sobre gênero e sexualidade nos espaços de formação são importantes não somente nas universidades, mas também em outros ambientes, como escolas, que podem ser parceiras nesse processo, como foi identificado no domínio “Parceria”, na qual evidenciou-se cooperação dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem e ambiente escolar para o desenvolvimento de ações educativas. Nesse sentido, destaca-se o Programa Saúde nas Escolas (PSE), um programa que surgiu com uma nova proposta no contexto da educação em saúde e que abarca a saúde e a educação de crianças e adolescentes para uma formação abrangente para a cidadania²³.

Dessa forma, a parceria intersetorial, explicitada neste estudo, sinaliza uma perspectiva colaborativa de acadêmicos(as) de enfermagem no ambiente escolar por meio de ações de educação em saúde com a finalidade de contribuir nas ações de promoção da saúde LGBT¹⁷. Nessa perspectiva, inserir as escolas nestes debates transversais é atentar que estes espaços são propícios para diálogos saudáveis, considerando os sujeitos que a compõem, neste caso, em especial, jovens e adolescentes, público-alvo no desenvolvimento de ações de educação em saúde, objetivando-se a redução de estigmas e favorecimento de aproximação, vínculos e comunicação com o público LGBT.

O domínio “Comunicação” foi evidenciado no uso de habilidades de comunicação e escuta efetiva para com a população LGBT. As respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem enumeram a habilidade de escuta nos serviços de saúde, a comunicação efetiva e reforçam a adoção de tecnologias de comunicação adequadas para facilitar o processo na comunicação de ações de promoção da saúde de forma real.

A comunicação se faz importante, posto que suas formas de se manifestar, a exemplo da empatia por parte dos profissionais de saúde, podem aproximar ou distanciar as pessoas LGBT do cuidado em saúde, e, ainda, reforçar representações sociais já instauradas na sociedade. Estudo sobre as representações sociais de trabalhadores da Atenção Básica à Saúde sobre pessoas LGBT revelou que as representações sociais dos(as) trabalhadores(as) estão relacionadas a percepções morais religiosas, entendendo as pessoas LGBT como promíscuas, de risco a infecções sexualmente transmissíveis, de estereótipos, e compreendendo a sexualidade e identidade de gênero como incorretas ou antinaturais²⁴.

Posto isso, pode-se afirmar que as habilidades de comunicação expressas no domínio “Comunicação” podem tornar acadêmicos(as) de enfermagem capazes para comunicar ações de promoção da saúde LGBT livres de preconceitos. Em vista disso, considera-se, neste estudo, que a comunicação efetiva por parte dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem pode vir a favorecer o estabelecimento da confiança, interação e a relação acadêmico(a)-paciente enquanto futuros(as) profissionais de saúde, o que aponta para a presença do domínio “Comunicação” do CompPH.

Quanto ao domínio “Liderança”, evidenciou-se que acadêmicos(as) devem buscar ser mediadores(as) do próprio processo ensino-aprendizagem, pois o domínio “Liderança” requer que esses(as) contribuam para o desenvolvimento de um olhar partilhado e de direção estratégica para ações de promoção da saúde.

Quanto à formação de enfermeiros(as) líderes, estudo afirma que durante a formação em enfermagem é necessário o aperfeiçoamento das capacidades de liderança, contudo salienta-se que a Graduação tem maior ênfase no desenvolvimento de habilidades técnicas e assistenciais, o que demonstra um déficit no processo de aprendizagem da liderança²⁵.

Na presente pesquisa depreende-se que acadêmicos(as) de enfermagem reconhecem seu papel ativo no processo de formação enquanto facilitadores de suas ações desenvolvidas, identificando-se, assim, o domínio da “Liderança” do CompHP. Além disso, uma atuação com proatividade e liderança

pode facilitar que acadêmicos(as) de enfermagem respondam melhor aos desafios em promoção da saúde do público LGBT, considerando o surgimento das demandas em saúde dessa população, o que otimiza o diagnóstico das condições de vulnerabilidade e agravos em saúde deste público.

Assim, na perspectiva do domínio “Diagnóstico”, evidenciou-se que acadêmicos(as) devem buscar reconhecer as demandas e especificidades em saúde da população LGBT, além de compreender que gênero e sexualidade são determinantes sociais de saúde, e devem ser abordados na formação de enfermagem.

Desse modo, estudo sobre a saúde da população LGBT na Atenção Primária à Saúde e a inserção da enfermagem, destaca que nas equipes de Saúde da Família, os(as) enfermeiros(as) devem buscar conhecer as principais demandas dessa população, isto é, cabe a esta profissão oferecer uma assistência integral com vistas a reduzir as desigualdades enfrentadas por esta comunidade⁶. O reconhecimento das demandas direcionará para o planejamento de ações eficazes e contemplação das necessidades deste público.

Considerando, no entanto, que o domínio de “Planejamento” não foi identificado nas respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem, a execução das ações em promoção da saúde torna-se pouco provável, pois, após a identificação de necessidades e/ou demandas, faz-se necessário o planejamento de ações em parceria com atores/parceiros sociais. A importância do planejamento estratégico como ferramenta de gestão local na Atenção Primária à Saúde (APS), favorece a análise, execução, tomada de decisão e cria novas possibilidades de transformar as práticas nos territórios, sendo o planejamento imprescindível para a instituição de ações no processo de trabalho dos profissionais da APS²⁶.

O domínio “Implementação” foi identificado nas respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem quanto à criação de ações de educação em saúde para a promoção e prevenção de doenças à população LGBT, embora ainda com foco nas Infecções de Transmissão Sexual (IST).

Estudo com trabalhadores(as) da Atenção Básica à Saúde (ABS) destaca que esses compreendem a população LGBT a partir de uma ideia de promiscuidade e de risco à IST²⁴, sendo este agravo estudado em pesquisa com homens que fazem sexo com homens em dez cidades brasileiras, que revelou um perfil de vulnerabilidade e urgente necessidade de ações educativas de intervenção e prevenção às IST na população pesquisada²⁷.

Embora estejam ainda muito presentes ações educativas em saúde direcionadas à prevenção de IST na população LGBT, estudo de revisão sistemática destaca a emergência de um olhar e ambiente científico diferente do comumente visto sobre estudos de gênero e saúde, sexualidade e saúde e HIV/AIDS (*Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome*), quando se espera que a saúde ampla da comunidade LGBT seja o objeto de estudo central²⁸. Para isso, estudos mais recentes sobre o estabelecimento da Política Nacional de Saúde Integral LGBT podem contribuir na mudança deste cenário de estigmatização da população LGBT e instauração de iniquidades.

Estudo sobre os avanços e desafios na efetivação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT afirma que os avanços já conquistados na saúde LGBT precisam ser reafirmados e mantidos pela mobilização social e pelo Estado brasileiro, pois muitos desafios ainda estão por vir e há muito o que avançar²⁹.

Desse modo, é preciso que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT seja estabelecida em todo o território brasileiro, pois é por meio de sua efetivação que o desenvolvimento e criação de ações de promoção da saúde LGBT serão possíveis, possibilitando, assim, a obtenção de dados para qualificar indicadores de saúde e melhor executar e monitorar as ações de prevenção e promoção da saúde perante este público. Neste sentido, para obtenção de dados referentes à saúde desta população a realização de pesquisas e a vigilância são importantes.

Desse modo, o domínio “Avaliação e Pesquisa” esteve presente na resposta de somente um(a) acadêmico(a) de enfermagem, ao declarar a necessidade de capacitações e desenvolvimento de produções científicas acerca da promoção da saúde das pessoas LGBT.

Em estudo de revisão integrativa da produção científica sobre política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva, observou-se que houve pouca expressão das temáticas relativas ao público LGBT; no recorte temporal de 14 anos proposto no estudo, dos 14.700 artigos encontrados apenas 92 faziam menção às pessoas LGBT, e somente 27 desses debatiam as políticas de saúde³⁰.

Estudos como esse revelam a necessidade da produção científica no que se refere à promoção da saúde LGBT, com a finalidade de que os achados conduzam para uma melhor reorientação dos processos formativos em saúde, e, por conseguinte, que o desenvolvimento de estudos esteja voltado à investigação das políticas públicas de saúde LGBT como também para atender às demandas em saúde dessa população.

Por fim, o desenvolvimento dos domínios de competências da promoção da saúde do CompHP por acadêmicos(as) ainda na Graduação de enfermagem para com as pessoas LGBT, possibilita a prática de ações de promoção da saúde competentes com vistas à melhoria da saúde e à redução das injustiças em saúde dessa população.

CONCLUSÃO

A partir das respostas dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem, oito dos nove domínios das competências de promoção da saúde do CompHP foram identificados, exceto o domínio “Planejamento”. Apesar da ausência deste, a identificação dos domínios na formação dos(as) acadêmicos(as) de enfermagem para com a população LGBT demonstra um processo formativo em conformidade com a promoção da saúde no SUS.

Apesar de apresentar achados importantes, este estudo tem como limitação a compreensão em maior profundidade acerca do fenômeno estudado, bem como a necessidade da investigação do objeto de estudo sob a perspectiva docente como alternativa de estudos futuros, uma vez que o enfoque da presente pesquisa são os domínios de competências do CompHP na formação de acadêmicos(as) de enfermagem.

REFERÊNCIAS

- ¹ Moretti-Pires RO, Guadagnin LI, Tesser-Júnior ZC, Campos DA, Turatti BO. Preconceito contra diversidade sexual e de gênero entre estudantes de medicina de 1º ao 8º semestre de um curso da Região Sul do Brasil. *Rev. Bras. Educ. Med.* 2019;43(1):557-567. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/dn39DWyg4kQkVJVrYWPC-N6K/abstract/?lang=pt>
- ² Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília. 2013;11. reimp. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
- ³ Karlsen MP, Villadsen K Health Promotion, Governmentality and the Challenges of Theorizing Pleasure and Desire. *Body & Society.* 2016;22(3):3-30. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1357034x15616465>
- ⁴ Gomes R, Murta D, Facchini R, Meneghel SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva.* 2018;23(6):1.997-2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWF4kWq4ShjdXGghXY7BFwt/abstract/?lang=pt>

- ⁵ Tavares JS, Melo AC, Silva RCS, Paulo SDPA. Conhecimento dos estudantes da saúde acerca da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT e sua abordagem clínica como futuros profissionais. *Temas em Saúde*. 2019;19(3):178-197. Disponível em: <https://temasensaude.com/wp-content/uploads/2019/09/19311.pdf>
- ⁶ Santos JS, Silva RN, Ferreira, MA. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da enfermagem. *Esc. Anna Nery*, 2019;23(4):1-6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dzYKmcYv3MTJN3ZXVR-N75Kg/abstract/?lang=pt>
- ⁷ Nietzsche EA, Tassinari TT, Ramos, TK, Beltrame G, Salbego C, Cassenote LG. Formação do enfermeiro para o cuidado à população homossexual e bissexual: percepção do discente. *Rev Baiana Enferm*. 2018;32:1-11. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25174>
- ⁸ Muroya RL, Auad D, Bretas JRS. Representações de gênero nas relações estudante de enfermagem e cliente: contribuições ao processo de ensino-aprendizagem. *Rev. Bras. Enferm*. 2011;64(1):114-122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/FyTVWjwjbXcZdM4P74Qstb/?lang=pt>
- ⁹ Lima ACS, Alves MJH, Pereira EV, Pereira AP, Albuquerque GA, Belém JM. Gênero e sexualidade na formação de enfermeiros no ensino superior público brasileiro: estudo documental. *Revista de enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1284306>
- ¹⁰ Brasil. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3 de 7 de novembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Graduação de enfermagem. 2001. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_CES03.pdf?query=Curr%C3%ADculos
- ¹¹ Barry MM, Battel-Kirk B, Dempsey C. The CompHP Core Competencies Framework for Health Promotion in Europe. *Health Education & Behavior*. 2012;39(6). Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1090198112465620>
- ¹² Pinheiro DGM, Scabar RG, Maeda ST, Fracoli LA, Pelicioni MC, Chiesa AM. Health promotion competencies: challenges of formation. *Saúde Soc.*, 2015;24(1):180-188. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sau-soc/2015.v24n1/180-188/en/>
- ¹³ Xavier SPLX, Pereira AP, Moreira MRC, Martins AKL, Ferreira HS, Machado MFA. Competências em promoção a saúde à luz do projeto competências health promotion (CompHP): uma revisão integrativa. *Cienc Cuid Saúde*. 2019;18(1):1-8. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1122264>
- ¹⁴ Carvalho PO, Andrade LS, Oliveira WA, Masson L, Silva JL, Silva MA. Competências essenciais de promoção da saúde na formação do enfermeiro: revisão integrativa. *Acta Paul Enferm*. 2021;34(1):1-9. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/FJ4cVxqbjNPcbcgRk3wdWB/abstract/?lang=pt>
- ¹⁵ Sampaio BBL, Xavier SPL, Machado LDS, Nunes SF, Rodrigues AL, Machado MFAS. Competencies for health promotion in nursing training. *Rev Enferm UFPE on-line*. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1282409>
- ¹⁶ Souza VR, Marziale MH, Silva GT, Nascimento PL. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. *Acta Paul Enferm*. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/sprbhNSRB86SB7gQsrN-nH7n/>
- ¹⁷ Dempsey C, Barry MM, Battel-Kirk B. The Comp HP core competencies framework for health promotion handbook: work package 4. Galway: Executive Agency for Health. 2011. Disponível em: http://www.szu.cz/uploads/documents/czzp/nerovnosti/2011/5._CompHP_Core_Competencies_Framework_for_Health_Promotion_Handbook_revised.pdf
- ¹⁸ Laporte NLO, Assis MA. Conhecimentos dos graduandos de enfermagem voltados para a assistência dos indivíduos LGBTQIA+. *Revista Científica UMC*. 2020;5(2):1-15. Disponível em: <http://seer.umc.br/index.php/revistaumc/article/view/717>
- ¹⁹ Gomes TMC, Barbosa CMS, Carvalho AR, Morais ALJM, Passos TS, Andrade AFSM. Conhecimento dos estudantes de enfermagem do Centro Universitário Estácio de Sergipe sobre a população LGBTQIAP+. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. 2021;13(2):1-10. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6406>
- ²⁰ Santana ADS, Lima MS, Moura JWS, Vanderley ICS, Araújo EC. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Rev Enferm Ufpe on-line*. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096982>
- ²¹ Prado EAJ, Sousa MF. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. *Tempus, Actas de Saúde Colet.*, 2017;11(1):69-80. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e623/d0471afbc734451387a-6d5bb9e8c3d9184a2.pdf>
- ²² Silva JJA, Arrigotti T, Mefezoli GD, Carvalho GBO, Capaccioli BRBS, Cruz MGS, Horta ALM. Experiência de educação em saúde sobre sexualidade no Ensino Fundamental. *Rev. Ciênc. Ext*. 2018;14(2):170-179. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1746

- ²³ Brasil. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde na Escola (PSE). Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf
- ²⁴ Silva ALR, Finkler M, Moretti-Pires RO. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. *Trab. Educ. Saúde*. 2019;17(2):1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/tes/a/fJ8zJth7rcy68B-ddtPwg75w/abstract/?lang=pt>
- ²⁵ Rorato TJ, Silva LD, Backes DS, Dorneles FC, Valcarenghi RV. Formação de enfermeiros líderes: revisão integrativa. *Rev Recien*. 2021;11(33):350-359. Disponível em: <http://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/381>
- ²⁶ Teles FID, Costa TGM, Bernardo CJA, Pereira MAP, Alves PAG, Irismar AM. Planejamento estratégico como ferramenta de gestão local na atenção primária à saúde. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*. 2020;8(1):27-38. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497962779006/497962779006.pdf>
- ²⁷ Brignol S, Dourado I, Amorim LD; Kerr LRFS. Vulnerabilidade no contexto da infecção por HIV e sífilis numa população de homens que fazem sexo com homens (HSH) no município de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2015;31(5):1-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/tce/a/t3JGXTyLzPZR3NhJFkzNscP/?format=pdf&lang=pt>
- ²⁸ Abade EAF, Chaves SCL, Silva GCO. Saúde da população LGBT: uma análise dos agentes, dos objetos de interesse e das disputas de um espaço de produção científica emergente. *Revista de Saúde Coletiva*. 2020;30(4):300418. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/physis/a/4NSzVdrcrYV5pVnPLY49kzP/?lang=pt&format=html>
- ²⁹ Sena AGN, Souto KMB. Avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*. 2017;11(1):9-28. Disponível em: <https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1923>
- ³⁰ Bezerra MVR, Moreno CA, Prado NMBL, Santos AM. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde Debate*. 2019;43(8)/;305-323. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/v43nspe8/0103-1104-sdeb-43-spe08-0305.pdf>

Submetido em: 17/10/2022

Aceito em: 6/12/2022

Contribuições dos autores:

Concepção e desenho do estudo:

Caik Ferreira Silva
Grayce Alencar Albuquerque
Cinthia Gondim Pereira Calou
Glauberto da Silva Quirino

Revisão de literatura:

Caik Ferreira Silva
Beatriz de Castro Magalhães
Mauro Mccarthy de Oliveira Silva

Aquisição de dados:

Caik Ferreira Silva

Análise e interpretação de dados:

Caik Ferreira Silva

Elaboração do manuscrito:

Caik Ferreira Silva
Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra

Revisão intelectual do manuscrito:

Caik Ferreira Silva
Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra
Grayce Alencar Albuquerque

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: Não há conflito de interesse.

Autora correspondente:

Sáskya Jorgeanne Barros Bezerra
Universidade Regional do Cariri – Urca.
Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato/CE, Brasil – CEP 63105-000
E-mail: saskya.barros@urca.br

Apoio Financeiro:

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap)

EDITORES

Editor associado: Dr. João Luis Almeida da Silva

Editora-chefe: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Todo conteúdo da Revista Contexto & Saúde
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.